Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	7
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	
10.2 - Resultado operacional e financeiro	13
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	14
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	15
10.5 - Políticas contábeis críticas	16
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	19
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	20
10.8 - Plano de Negócios	21
10.9 - Outros fatores com influência relevante	22

5.1. Riscos de mercado que a Companhia está exposta, inclusive relativo a riscos cambiais e a taxas de juros

A companhia está exposta aos riscos inerentes à atividade do segmento alimentício, especificamente aos mercados de arroz e derivados e sua controlada àqueles existentes na atividade de comercialização e exploração de imóveis.

Porém, dentre os principais riscos que podem afetar a operação, situação financeira e perspectivas futuras da organização estão:

- A influência de ações do Governo Federal sobre a economia brasileira. A condução da política econômica pode exercer efeitos adversos ao mercado, sob o aspecto de taxa de juros e inflação;
- Alterações na legislação tributária e regulamentação de mercado pelos órgãos oficiais, podem exercer impactos no mercado, com efeitos em margens e volumes comercializados;
- Acontecimentos e percepção de riscos em outros países, sobretudo Estados Unidos da América (vetor dólar norte americano) e União Européia (vetor Euro) podem desencadear efeitos adversos sobre a economia de países emergentes e do Brasil, especificamente sobre PIB, mercado de valores mobiliários, taxas de juro e câmbio.

Por orientação estratégica, em função de o mercado da Companhia ser quase que totalmente representado pela economia doméstica (mais de 90% da receita em moeda corrente nacional), o endividamento relevante da empresa é composto por linhas em Reais, formado por taxas préfixadas ou indexadores Brasileiros (TJPL e CDI) e *spread* s bancários. A dívida total compreende linhas de investimento e capital de giro, e remonta, em 31/12/2012, MR\$ 464.389 (controladora). A Controlada não tem dívida relevante para suas operações.

A Controladora possui parte de seu capital de giro contratado em linhas das Resoluções 2.770 e 4.131. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (Dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Os financiamentos de importação no Passivo Circulante equivalem a US\$ 7.907 mil, aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário, e estão atrelados a parcela da conta de receber em prazos e con

Em Janeiro de 2013 houve consenso entre a Companhia e a IFC quanto à disputa judicial até então vigente. O valor acordado – integralmente provisionado e equivalente a R\$11.653 em 31.12.2012, será pago em quatro parcelas semestrais a partir de Janeiro de 2013, com encargos de Libor + 4,25% aa. .Deste montante, R\$9.609 compõem o passivo circulante e R\$2.044 o passivo não circulante.

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos

a) Riscos para os quais busca proteção e b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A organização tem a orientação estratégica de conduzir seus negócios de forma segura, transparente e conservadora, com o foco primordial em buscar a maximização dos resultados através das atividades específicas da Companhia, estabelecidas em seu Estatuto Social (*core business*). Desse modo, o corpo de seus principais executivos estabelece políticas internas que visam proteções naturais para os riscos de abastecimento de matéria-prima, riscos mercadológicos, risco de crédito, e riscos de liquidez e *funding*, além da tradicional terceirização do risco patrimonial e de responsabilidade civil, através da gestão de contratos de seguro.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A empresa busca viabilizar proteções naturais para mitigar riscos. Dentre elas, encontram-se: Níveis mínimos de estoque de matéria-prima de acordo com a safra de arroz e a demanda doméstica e internacional; organização, estudos e avaliações quanto à demanda do varejo brasileiro e mercado de exportações, além do monitoramento das ações da concorrência; utilização de ferramentas de análise técnica e gestão de crédito; determinação e manutenção de níveis mínimos de liquidez financeira e política clara de financiamento da operação e para investimentos; além da própria utilização de recebíveis em moeda estrangeira como *hegde* natural as importações da companhia.

Nas operações específicas onde matéria-prima importada compõe de forma substancial mercadorias vendidas no mercado interno, há uma política comercial clara de proteção de margem quanto às variações cambiais através de ajuste de preços de venda, como também operações com fator de ajuste de preço variável dependendo da variação cambial da matéria-prima.

Seguros

Em relação à proteção do imobilizado e responsabilidade civil da companhia, a empresa se utiliza do mercado segurador brasileiro e da contratação de apólices específicas no sentido de terceirizar esse risco.

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total MR\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e lucros cessantes	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento danos elétricos e demais riscos	Patrimonial	115.000	Junho 2013
	Estabelecimento industrial, comercial,			

Responsabilidade Civil	poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos e danos morais.	RC	1.000	Junho 2013
Responsabilidade Civil	Administradores	RC D&O	5.000	Junho 2013
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	110% FIPE 500 RC	Junho 2013
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000	Agosto 2013
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional	US\$ 5.000	Agosto 2013

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia utiliza parâmetros próprios determinados por seus principais executivos, de acordo com a estratégia global da organização e da percepção de fatores externos. Em casos específicos como na gestão financeira corrobora políticas e objetivos de acordo com a comparação de índices de liquidez, endividamento, medidas de inadimplência de carteira e provisão com outras empresas do mesmo porte e segmento.

e) Instrumentos Financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial

Instrumentos Financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas préfixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou alguns financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 2.770/00 do Banco Central do Brasil e pela Lei 4.131/62. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

	Linha	Contratação	Valor	custo		Indexador	31.12.2012	Vencimento
1	2770	30.11.2012	R\$1.360	1,75%	Passivo	CDI	R\$1.377	25.04.2014
	Swap	30.11.2012	USD 670	1,85%	Ativo	US\$		
2	4131	22.09.2011	R\$10.960	123,50%	Passivo	US\$	R\$12.625	16.09.2013
	swap	22.09.2011	USD 5.850	3,20%	Ativo	CDI		
3	4131	21.12.2012	R\$15.000	1,99%	Passivo	CDI	R\$15.028	18.12.2014
	Swap	21.12.2012	USD 7.218	2,77%	Ativo	US\$		
			•	•		•	R\$ 29.030	•

Análises de sensibilidade da Companhia perante o risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2012 em R\$ mil:

Risco: alta do CDI CDI Dez/2012: 7,25% a.a

Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato.

						Cenários	
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
					manutenção	> 25%	> 50%
					7,25%	9,06%	10,88%
					CDI aa	CDI aa	CDI aa
Data base	Valor	spread	index	vencimento			
Data base 31.12.2012	Valor R\$1.378	spread 1,75%	index CDI	vencimento 25.04.2014	R\$ 1.548	R\$ 1.583	R\$ 1.618
					R\$ 1.548 R\$13.428	R\$ 1.583 R\$13.626	R\$ 1.618 R\$13.823
31.12.2012	R\$1.378	1,75%	CDI	25.04.2014			
31.12.2012 31.12.2012	R\$1.378 R\$12.625	1,75% 123,50%	CDI CDI	25.04.2014 16.09.2013	R\$13.428	R\$13.626	R\$13.823

^{*} O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3°, § 2°. da Instrução CVM 475/08.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura da Companhia responsável pelo controle e gerenciamento de riscos é composta pelo grupo gerencial e diretoria executiva.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia dispõe da Auditoria externa e de um Conselho de Administração ativo como ferramentas de fiscalização das políticas adotadas e objetivos perseguidos pelo grupo gerencial e dos diretores executivos.

^{**} Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na seqüência a conta de lucros acumulados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Informar se houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos de mercado à que a Companhia está exposta, ou na política de gerenciamento de riscos adotada

A empresa entende que a conjuntura econômica se encontra em um momento de expectativa. Por um lado há a redução de juros e medidas expansionistas por parte da equipe econômica do governo, a fim de estimular o crescimento da economia. Por outro lado, observa-se com muita atenção e prudência possíveis reflexos no cenário global da aguda e contínua crise européia.

Contudo, as políticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia sofrem contínuas adequações e adaptações a fim de redefinir objetivos em função da dinâmica do mercado na qual se encontra inserida, visando reavaliar processos, bem como identificar e aproveitar oportunidades típicas de um cenário dinâmico.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Outras informações relevantes

Não se aplica à Companhia. Justificativa: A Administração da Cia. entende ter apresentado todas as informações relevantes que possam influenciar a tomada de decisão de investimento ou o entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O cenário macroeconômico de 2012 seguiu marcado pela crise europeia e seus impactos globais. O PIB mundial registrou um crescimento de 3,2% mais uma vez alavancado pelo PIB Chinês, de 7,8%. Os EUA – outro grande motor da economia global – começou a dar sinais de recuperação econômica, com PIB de 2,2%, enquanto de parte dos emergentes o Brasil teve, de longe, o pior desempenho econômico com módicos 0,9% no ano, contra 5% da Índia e 3,4% da Rússia.

A política econômica brasileira segue pagando um alto preço pela ausência de investimentos passados em infraestrutura, administrando a economia com base no trinômio inflação, taxa de juros e taxa de câmbio sempre com a expectativa de potencializar o nível de confiança da indústria, porém sem realizar os ajustes necessários na carga tributária.

A queda de mais de 25% da SELIC média de 2012, de 8,64%aa contra 11,75%aa em 2011 e a prorrogação de programas de investimentos do BNDES com taxas atrativas não foram suficientes para alavancar o desempenho da atividade econômica, assim como a taxa de câmbio média de R\$ 1,96 – 17% maior do que a taxa média de 2011 (R\$ 1,67) não foi suficiente para incrementar as exportações no mesmo volume que as importações; e o temor de nova pressão inflacionária já faz com que o governo sinalize aumento na taxa de juros no curto e médio prazo.

Em relação à Safra de Arroz no Brasil os preços da matéria prima foram impactados pela redução da produção em relação à anterior, o que fez com que o preço do arroz em casca tenha sido em 2012 38% superior em relação a 2011. As variações de preço da matéria prima do arroz estão diretamente vinculadas ao faturamento bruto da Companhia.

Mesmo em cenário de preços elevados, de indicadores de inflação impactando preços de outros insumos e serviços, a JOSAPAR, demonstrando proatividade e eficiência, continua expandindo seu volume físico de vendas. As ações de gestão seguem continuamente permitindo a expansão do resultado líquido da Companhia.

- O faturamento bruto foi de R\$ 1,034 bilhão na controladora e 1,057 bilhão no consolidado, apresentando crescimento de 25%.
- O lucro bruto foi de R\$ 265 milhões na controladora e R\$ 285 milhões no consolidado, incremento de mais de 20%.
- O EBITDA foi R\$ 85 milhões na controladora e R\$ 94 milhões no consolidado, maiores em 31% e 25% respectivamente.

- O lucro líquido foi de R\$ 33,6 milhões na controladora e no consolidado, 80% maior.
- O saldo de disponibilidades é de R\$ 168 milhões na controladora e R\$ 193 milhões no consolidado.
- O endividamento financeiro líquido (dívida financeira líquida) foi de R\$ 296 milhões na controladora e R\$ 273 milhões no consolidado.

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações.

- A estrutura de capital, mensurado principalmente em relação a divida financeira líquida e EBITDA, estão compatíveis ao nosso giro operacional e capacidade de pagamento.
- Resgate de ações, não se aplica a companhia.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A JOSAPAR é uma empresa sólida e cumpridora de todos os seus compromissos e goza de um excelente relacionamento com seus fornecedores e instituições financeiras.

O fluxo de caixa operacional da companhia bem como os recursos disponíveis, é adequado para fazer frente aos compromissos financeiros de curto e longo prazo.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados pela companhia.

Os investimentos em ativos não circulantes da companhia são realizados através de financiamentos específicos de longo prazo. Para o capital de giro a companhia privilegia os recursos próprios e com o monitoramento constante do mercado em busca de financiamentos vantajosos do ponto de vista de custo de oportunidade e prazo de vencimento, com relação ao caixa disponível.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

Vide resposta da letra (d).

(f) Níveis de endividamento e financiamentos relevantes / (i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Quadro dos financiamentos existentes em 31/12/2012

		Controladora	Consolidado		
PASSIVO CIRCULANTE					
Moeda interna	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	

	-		-	
Financiamento para	0.44	0.004	0.445	10.155
investimentos	8.164	9.931	8.440	10.103
Crédito Rural-EGF	40.768	29.014	40.768	29.014
Capital de giro	122.362	154.701	122.362	154.701
Arrendamento mercantil	74	<u> </u>	205	128
Total	171.368	193.646	171.775	193.946
Moeda estrangeira				
Financiamento para				
investimentos	9.609	8.194	9.609	8.194
Capital de Giro-FINIMP	16.158	22.250	16.158	22.250
Total	25.767	30.444	25.767	30.444
TOTAL CIRCULANTE	197.135	224.090	197.542	224.390
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Moeda interna				
Financiamento para investimentos	27.759	25.607	28.046	25.722
Capital de giro	237.359	94.227	237.359	94.227
Arrendamento mercantil		94.221		
	92	110.024	249	277
Total	265.210	119.834	265.654	120.226
Moeda estrangeira				
Financiamento para				
investimentos	2.044	-	2.044	_
Total	2.044	_	2.044	_
TOTAL NÃO CIRCULANTE	267.254	119.834	267.698	120.226

-			-	
Vencimentos de longo prazo	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
2013	-	71.372	-	71.615
2014	162.771	26.783	163.072	26.910
2015	71.330	16.675	71.473	16.697
2016	17.321	3.965	17.321	3.965
2017	10.876	287	10.876	287
2018	2.063	287	2.063	287
2019	1.089	287	1.089	287
2020	902	89	902	89
2021	902	89	902	89
Total	267.254	119.834	267.698	120.226
		Indexador		
Investimentos em moeda nacional	pré	-fixado	8,21% 8	a.a
Investimentos em moeda nacional	TJL	Р	3,32%	a.a
Investimentos em moeda nacional	Tax	a referencial IPC	CA 1,32% a	a.a
Investimentos em moeda nacional	UM	BNDES	3,80% a	a.a
Investimentos em moeda estrange	eira VC	US\$ + Libor	4,25%	a.a
Capital de Giro-FINIMP	VC	US\$	3,09% a	a.a
Crédito Rural-EGF - recursos obrig	atórios pré	-fixado	5,50%	a.a
Capital de Giro	CDI		1,30% a	a.a

Empréstimos nacionais: Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 4,5% a.a e 8,70% a.a Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural são contratados a taxa pré-fixada de 5,5%a.a. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária, aval, bens do ativo imobilizado de sua controlada, Real Empreendimentos S.A. e penhor mercantil de estoques para as operações de Crédito Rural.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas das Resoluções 2.770 e 4.131. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (Dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Empréstimos no exterior: Os financiamentos de importação no Passivo Circulante equivalem a US\$ 7.907 mil, aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

Em Janeiro de 2013 houve consenso entre a Companhia e a IFC quanto à disputa judicial até então vigente. O valor acordado – integralmente provisionado e equivalente a R\$11.653 em 31.12.2012, será pago em quatro parcelas semestrais a partir de Janeiro de 2013, com encargos de Libor + 4,25% aa. .Deste montante, R\$9.609 compõem o passivo circulante e R\$2.044 o passivo não circulante.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica a companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dividas

Não se aplica a companhia.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e á alienação de controle societário.

Não se aplica a companhia.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A JOSAPAR possui limites de financiamentos aprovados com diversas instituições financeiras, os quais se encontram parcialmente utilizados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações mais significativas comparadas às demonstrações financeiras de 2012 com 2011 foram o aumento do saldo das contas de Disponibilidades, Clientes e Estoques, aplicações estas devidamente financiadas por capital próprio e pela captação de recursos de Longo Prazo, seguindo a gestão estratégica do capital de giro da Companhia. Essas alterações vêm de encontro ao processo contínuo de reforço de qualidade dos produtos da empresa.

PÁGINA: 12 de 22

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- 10.2 Os diretores devem comentar sobre:
- (a) Resultados das operações do emissor, em especial:
- (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:
- O faturamento da companhia está distribuído entre diversos produtos. Sua composição por linha de produtos foi:

	2012
Arroz Branco	49%
Arroz Parboilizado	13%
Produtos valor agregado	14%
Feijão	5%
Adubo	13%
Demais Produtos	6%
Total	100%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que impactam diretamente na variação das receitas são o volume e preço das mercadorias vendidas, principalmente em relação ao preço da matéria da prima do arroz.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introduções de novos produtos e serviços

O aumento do faturamento bruto (R\$ 1,034 bilhão em 2012 contra R\$ 824 milhões em 2011) é atribuído a melhor composição de vendas físicas e nível de preços da matéria prima.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O reflexo da inflação está diretamente relacionado aos custos e despesas (ex. energia, embalagens, mão de obra, prestação de serviços), e diante do cenário atual que apresenta pressões inflacionárias contínuas o objetivo dos gestores está em proteger ao máximo a margem da Companhia perante esse efeito.

PÁGINA: 13 de 22

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica a companhia.

(b) Constituição, aquisição ou alienação da participação societária

A controlada Real Empreendimentos S/A, em 12 de outubro de 2012, passou a deter participação societária equivalente a 49,6745% do capital social da sociedade SHOPPING JOÃO PESSOA S/A ("Shopping João Pessoa"), empresa com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. João Pessoa, 1831, inscrita no CNPJ sob n° 92.889.724/0001-56. Tal fato fora devidamente comunicado ao mercado através de Fato Relevante.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não se aplica a companhia.

PÁGINA: 14 de 22

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Os diretores devem comentar:

(a) Mudanças significativas nas praticas contábeis

Não se aplica a companhia.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica a companhia.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Enfase: "Conforme descrito nas notas explicativas 2 e 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Josapar – Joaquim Oliveira S/A Participações, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado."

PÁGINA: 15 de 22

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

- Estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.
- Provisão para Contingências: A Companhia possuí ações judiciais e administrativas de natureza trabalhista, cível e tributária decorrentes das atividades normais de seus negócios. A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.
- Resultado: As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.
- Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros existentes estão registrados pelos seus valores de realização e liquidação, valorizados conforme descrito nas notas explicativas números 3, 4 e 11 das demonstrações contábeis da companhia.

Instrumentos Financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou alguns financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 2.770/00 do Banco Central do Brasil e pela Lei 4.131/62. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

	Linha	Contratação	Valor	custo		Indexador	31.12.2012	Vencimento
1	2770	30.11.2012	R\$1.360	1,75%	Passivo	CDI	R\$1.377	25.04.2014
	Swap	30.11.2012	USD 670	1,85%	Ativo	US\$		
2	4131	22.09.2011	R\$10.960	123,50%	Passivo	US\$	R\$12.625	16.09.2013
	Swap	22.09.2011	USD 5.850	3,20%	Ativo	CDI		
3	4131	21.12.2012	R\$15.000	1,99%	Passivo	CDI	R\$15.028	18.12.2014
	Swap	21.12.2012	USD 7.218	2,77%	Ativo	US\$		
							D¢ 20 020	

Análises de sensibilidade da Companhia perante ao risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2012 em R\$ mil:

Risco: alta do CDI CDI Dez/2012: 7,25% a.a

Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato.

Cenários					
Cenário Cenário					
Provável (I)	(11)	(111)			
manutenção	> 25%	> 50%			
7,25%	9,06%	10,88%			
CDI aa	CDI aa	CDI aa			

Data							
base	Valor	spread	index	vencimento			
						R\$	
31.12.2012	R\$1.378	1,75%	CDI	25.04.2014	R\$ 1.548	1.583	R\$ 1.618
31.12.2012	R\$12.625	123,50%	CDI	16.09.2013	R\$13.428	R\$13.626	R\$13.823
31.12.2012	R\$15.028	1,99%	CDI	18.12.2014	R\$17.967	R\$18.577	R\$19.197
31.12.2012	R\$29.030	diversos	CDI	diversos	R\$32.943	R\$33.786	R\$34.638

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Efeito aumento CDI até o vencimento de cada					
contrato	R\$	0	R\$	843	R\$ 1.695

- * O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3° § 2°. da Instrução CVM 475/08.
- ** Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.
- Planos de Pensão: Não se aplica a companhia.
- Ajuste de conversão a moeda estrangeira: Não se aplica a companhia.
- Custo de recuperação ambiental: Não se aplica a companhia.

PÁGINA: 18 de 22

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

(a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

O Grau de eficiência dos controles internos da companhia é adequado. São realizados inventários de estoques no decorrer do exercício. São revisadas as permissões de acessos dos usuários nos sistemas da companhia. Existe um sistema de monitoramento por câmeras nas áreas estratégicas da companhia. Todos os controles internos são testados sistematicamente pelos auditores.

(b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não existem deficiências e recomendações relevantes relatadas pelo auditor que possa prejudicar a analise das demonstrações contábeis.

PÁGINA: 19 de 22

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Não se aplica a companhia, pois não ocorreu tal evento.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Conforme declarado no item anterior, não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.